



A desigualdade de renda inter-regional paulista: 1990-2007

Rosycler Cristina Santos Simão¹
Sandro Eduardo Monsueto²

Resumo

Este artigo tem por objetivo fazer uma breve descrição da distribuição de renda do Estado de São Paulo, usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes ao período 1990-2007. De acordo com os resultados é constatada uma tendência de queda da desigualdade paulista e também se observa uma tendência de redução da desigualdade inter-regional.

Palavras-chave: desigualdade de renda; São Paulo

Recebimento: 1/9/2010 • Aceite: 20/12/2011

¹ Doutora em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), com apoio da CAPES. Atualmente professora da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ibitinga (FAIBI). Email: rosycler@hotmail.com.

² Doutor em Economia pela Universidade Autônoma de Madri. Professor da Universidade Federal de Goiás. Email: monsueto@face.ufg.br

Income inequality interregional paulista: 1990-2007

Abstract

This paper analyses a income distribution in São Paulo, used data from the National Household Survey (PNAD) for the period 1990-2007. The results show a trend of decreasing inequality in the State as well as a trend of inequality reduction between its regions.

Keywords: Inequality of income; São Paulo

Introdução

Neste artigo serão examinados os dados referentes à distribuição da renda, no Estado de São Paulo, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), durante o período de 1990 a 2007, o objetivo é mostrar o comportamento da desigualdade paulista, em especial, a desigualdade inter-regional.

São Paulo é o principal pólo econômico do país. A literatura regional brasileira aponta o Estado paulista como um dos principais beneficiários das condições e fatores que favoreceram a emergência do processo de industrialização no Brasil, tornando-se dessa forma o Estado mais rico da federação.

Segundo Hoffmann (1990) ao analisar a distribuição de renda em certa população, podem ser consideradas diferentes unidades receptoras com os respectivos rendimentos. Neste trabalho, é analisada a distribuição das pessoas ocupadas, considerando as seguintes categorias:

- do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento (POC);
- do rendimento mensal de todos os trabalhos dos empregados (POE);
- do rendimento mensal de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI);

O estudo das três distribuições escolhidas baseia-se no fato de que a desigualdade de renda encontra-se, em grande parte, associada às diferenças de rendimento do mercado de trabalho, uma vez que o rendimento do trabalho é o principal componente da renda total.

Neste sentido, o presente trabalho busca contribuir a respeito da literatura regional paulista ao analisar a distribuição da renda no estado.

Para tal, este estudo está organizado como se segue: na próxima seção é definida a base de dados utilizada na pesquisa e suas principais limitações. A terceira seção trata dos indicadores de renda e desigualdade de renda do Estado, a seção 4 apresenta a decomposição das medidas de desigualdade T e L de Theil, destacando a desigualdade inter-regional. A última seção trata das considerações finais.

Informações sobre a base de dados

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) exceto nos anos de realização dos censos demográficos e o ano de 1994, permite acompanhar a evolução da distribuição de renda brasileira.

Os resultados da PNAD são divulgados para as 5 macro-regiões (nordeste, sudeste, centro-oeste, norte e sul) para os estados e para as 9 regiões metropolitanas dos estados. A análise regional do estado de São Paulo é realizada considerando a seguinte divisão regional paulista: região metropolitana de São Paulo (RMSP) e região não metropolitana (ou regiões do interior do estado).

A PNAD distingue três fontes principais de rendimento das pessoas com 10 anos ou mais de idade: *i*) rendimento do trabalho principal, *ii*) rendimento de outros trabalhos e *iii*) outras fontes de rendimentos (aposentadorias, pensão alimentícia, fundo de pensão, aluguel, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos e outros).

O IBGE define rendimento(s) do trabalho (s) como:

- **Remuneração Bruta:** pagamento da pessoa empregada, inclusive o salário-família e os descontos correspondentes ao INSS, imposto de renda, faltas etc; exclusive o décimo-terceiro salário, a gratificação de férias e a participação nos lucros paga pelo empregador.
- **Retirada:** o ganho (rendimento bruto menos os gastos efetuados com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, compra de equipamentos, matéria-prima etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Note-se que, de acordo com a definição dada acima, o rendimento do trabalho é algo que pode estar incluindo o lucro do empreendimento. Neste sentido, é importante não confundir o rendimento do trabalho do IBGE com o significado dessa expressão em teoria econômica, especialmente nas escolas de pensamento clássico e marxista. É possível separar o rendimento dos empregados (assalariados), mas, mesmo assim não se obtém um montante que corresponda à idéia clássico - marxista de remuneração do trabalho, bastando lembrar que, no total de rendimentos de empregados estão incluídos os salários dos altos executivos das grandes empresas, sendo eles tão ou mais “representantes do capital” que os proprietários do capital (HOFFMANN; SIMÃO, 2005).

Para tornar comparáveis os rendimentos declarados de 1990 a 2007, todos são convertidos em Reais de setembro-outubro de 2007, usando como deflator a média geométrica do INPC de dois meses consecutivos. Como o mês de referência da PNAD tem sido setembro e tendo em vista que os assalariados recebem no início do mês seguinte, é razoável utilizar como deflator a média geométrica do INPC de setembro e outubro.

Embora as informações sobre renda fornecidas nas pesquisas domiciliares sejam reconhecidamente de boa qualidade, elas apresentam algumas limitações que precisam ser consideradas na análise dos resultados apresentados:

- O rendimento obtido na PNAD é referente apenas à renda monetária e ao pagamento em espécie. Não é informado o valor da produção para o autoconsumo e nem a parcela de pagamento efetuada em benefícios, que podem representar uma parcela significativa da renda das pessoas ocupadas.
- Os dados sobre rendimento não consideram o valor de aluguel da casa própria. Se considerarmos duas famílias de mesmo tamanho e com o mesmo rendimento familiar, uma vivendo em casa própria e a outra em casa alugada, é claro que a primeira família possui uma renda real maior. Assim, para uma comparação correta entre o nível de renda das duas famílias seria necessário acrescentar aos rendimentos da família com casa própria o valor de aluguel da residência.
- Muitos executivos de empresas e funcionários altamente qualificados no Brasil recebem importantes benefícios em espécie. Esses benefícios representam uma parcela significativa do consumo do indivíduo e sua família, como por exemplo, automóvel com todas as despesas cobertas pela empresa, seguros, despesas de telefonia móvel, pagamento de escolas para os filhos etc., significando que a renda do indivíduo é superior à declarada.
- Há uma subestimação da renda total, causada pela subdeclaração das rendas altas. Os relativamente ricos tendem a subdeclarar suas rendas. O grau de subestimação varia conforme a natureza do rendimento, sendo menor para os rendimentos do trabalho formal e os oriundos da seguridade social e maior no caso de rendimentos do capital (ROCHA, 2002).
- Uma das principais limitações, amplamente mencionada nos estudos sobre distribuição pessoal da renda brasileira, diz

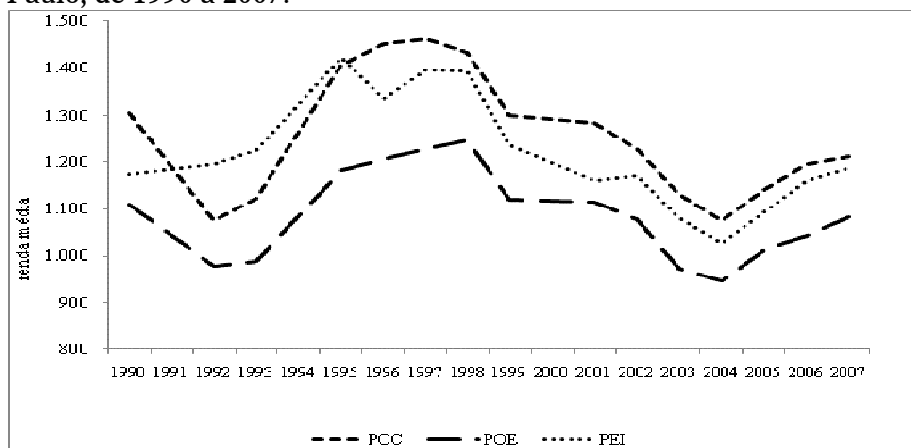
respeito ao fato de a base de dados utilizada não captar, adequadamente, as rendas de ativo físico e financeiro. A maior parte dos rendimentos recebidos pelo capital na forma de juros e dividendos é omitida. A renda de ativos no Sistema de Contas Nacionais (SCN) é quase quatro vezes superior ao valor captado na PNAD (HOFFMANN E NEY 2008).

- Alguns entrevistados se recusam a informar seus rendimentos. Isso pode ser devido à desconfiança em relação aos propósitos da pesquisa. E esse fato tem aumentado a preocupação dos pesquisadores em elaborar técnicas estatísticas de imputação de renda dos moradores (MAIA, 2006).

Desigualdade de renda no Estado de São Paulo

A evolução dos valores reais dos rendimentos médios domiciliar per capita, do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), do rendimento mensal de todos os trabalhos dos empregados (POE), do rendimento mensal de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI), pode ser examinado na Figura 1. Entre 2004 e 2007, houve crescimento dos rendimentos médio para as quatro distribuições analisadas.

Figura 1: Evolução da renda média para o rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), São Paulo, de 1990 a 2007.



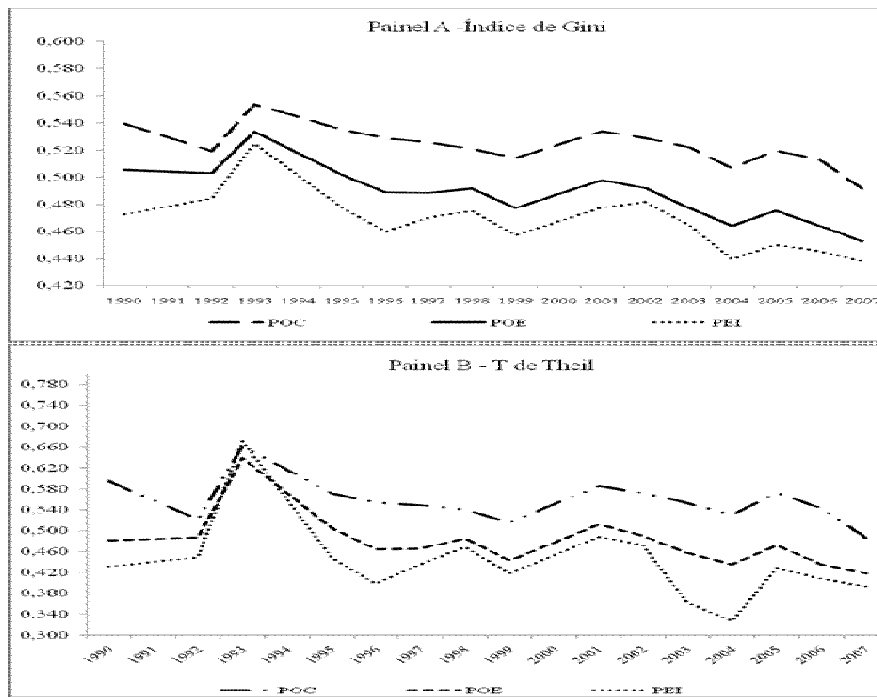
Fonte: Elaboração própria.

Nota: Ver Tabela A.1, no apêndice estatístico.

A Figura 2 mostra a variação do índice de Gini e da medida T de Theil para as quatro distribuições de renda definidas anteriormente, de 1990 a 2007. O quadro geral é de tendência de redução da desigualdade ao longo do período.

A redução da desigualdade paulista segue a mesma tendência nacional de redução da desigualdade de renda. Segundo o IPEA (2006) o grau de concentração de renda no país caiu 4% entre 2001 e 2004, o índice de Gini do Brasil passou de 0,593 para 0,569, sendo que entre os 75 países para os quais há informações relativas à evolução da desigualdade de renda ao longo da década de 1990, menos de ¼ apresentou taxas de redução da desigualdade superiores à brasileira. Em São Paulo, entre 2001 e 2007, o coeficiente de Gini, mostra uma redução de aproximadamente 9% da desigualdade de renda para as distribuições analisadas. Enfim, as medidas de desigualdade (índice de Gini e T de Theil), para as quatro distribuições, são as menores verificadas no período, com exceção do T de Theil para a distribuição do rendimento dos empregados na indústria.

Figura 2: Medidas de desigualdade de 1990 a 2007 para as distribuições: do rendimento domiciliar per capita (RDPC), do rendimento dos ocupados (POC), do rendimento dos empregados (POE) e dos empregados na indústria (PEI)

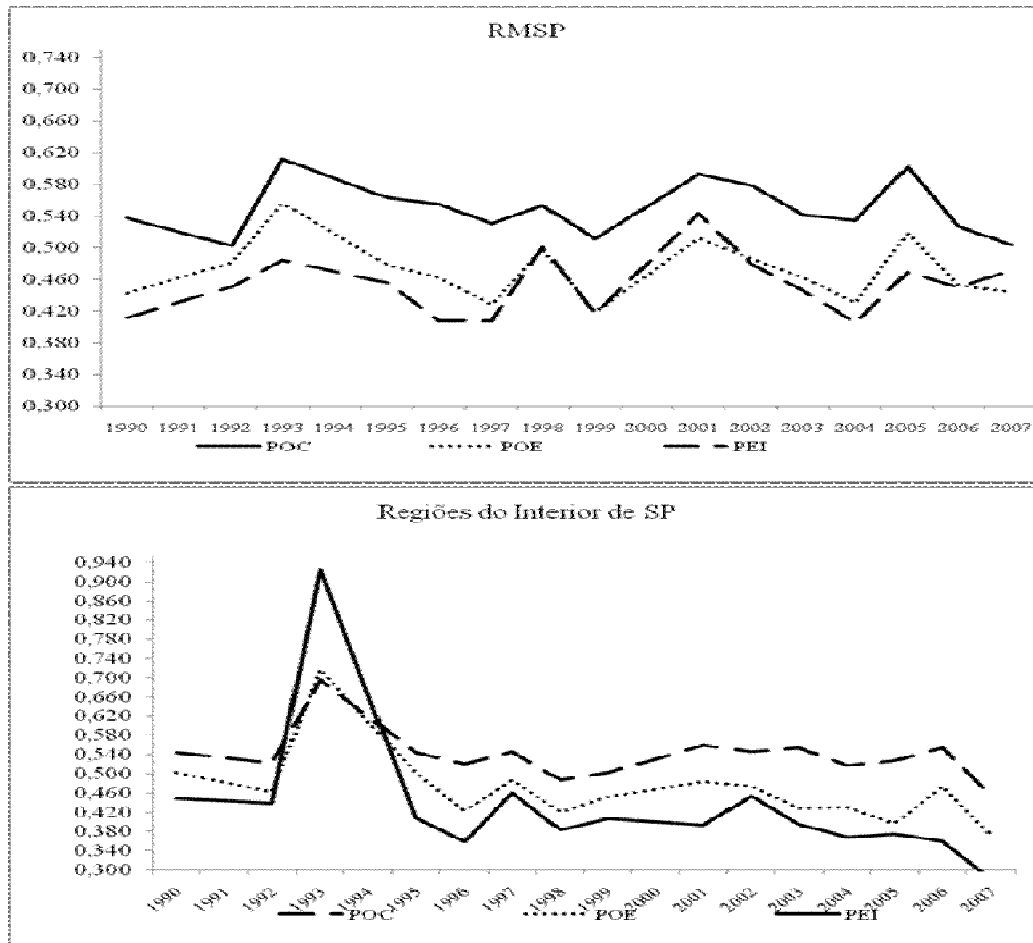


Fonte: Elaboração própria

Nota: Ver Tabelas A.2 e A. 3, no apêndice estatístico.

A Figura 3 apresenta a evolução do T de Theil para as regiões: i) metropolitana paulista e ii) não metropolitana (interior de São Paulo), considerando apenas os rendimentos auferidos pelas distribuições que consideram o mercado de trabalho. Como pode se observar na figura, na região não metropolitana (regiões do interior) paulista há uma clara tendência de redução da desigualdade ao longo do período. Por outro lado, na RMSP, para as três distribuições analisadas, a desigualdade de renda apresenta uma tendência de estabilidade na desigualdade.

Figura 3: Evolução temporal do T de Theil para a região metropolitana de São Paulo (RMSP) e região não metropolitana, 1990 a 2007, nas distribuições: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI)



Fonte: Elaboração própria.

Ver Tabela A.4, no apêndice estatístico.

Desigualdade regional paulista

Os índices de T e L de Theil: medidas decomponíveis

Para avaliar a participação da desigualdade entre as regiões paulistas na desigualdade da distribuição da renda no Estado de São Paulo, vamos utilizar as medidas de desigualdade decomponíveis T e L de Theil. Elas podem ser separadas em uma parcela referente às diferenças de renda entre regiões e uma parcela referente à desigualdade dentro das regiões.

As medidas de desigualdade T e L de Theil foram propostas por Henry Theil em 1967.

Considera-se uma população de n pessoas, onde cada uma receba uma fração não negativa da renda, e y_i represente a participação da i -ésima pessoa na renda total ($y_i = x_i/n\mu$).

Então o cálculo do T de Theil é dado pela fórmula

$$T = \sum_{i=1}^n y_i \ln n y_i \quad (1)$$

O valor de T varia de zero (no caso de perfeita igualdade) a $\ln n$ (quando uma única pessoa se apropria de toda a renda).

Já o L de Theil é obtido pela equação:

$$L = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \frac{1}{n y_i} \quad (2)$$

Se o L de Theil assume o valor mínimo de zero, a distribuição da renda é perfeitamente igualitária ($y_i=1/n$ para todo i). Por outro lado, o valor de L tende ao infinito quando qualquer y_i tende a zero.

Para apresentar as fórmulas relativas à decomposição das medidas de desigualdade T e L de Theil vamos considerar a população paulista dividida em 2 regiões. Sejam π_h e Y_h as frações da população e da renda total, respectivamente, que ficam na h -ésima região, com $h=1, 2$. Sejam T e L os valores do T de Theil e do L de Theil, respectivamente, para toda a distribuição. Vamos indicar por T_h e L_h os valores dessas medidas de desigualdade dentro da h -ésima região e T_e e L_e as medidas da desigualdade entre as regiões. Sabe-se que são válidas as seguintes expressões (HOFFMANN, 1998):

$$T = T_e + \sum_{h=1}^2 Y_h T_h \quad (3)$$

$$L = L_e + \sum_{h=1}^2 \pi_h L_h \quad (4)$$

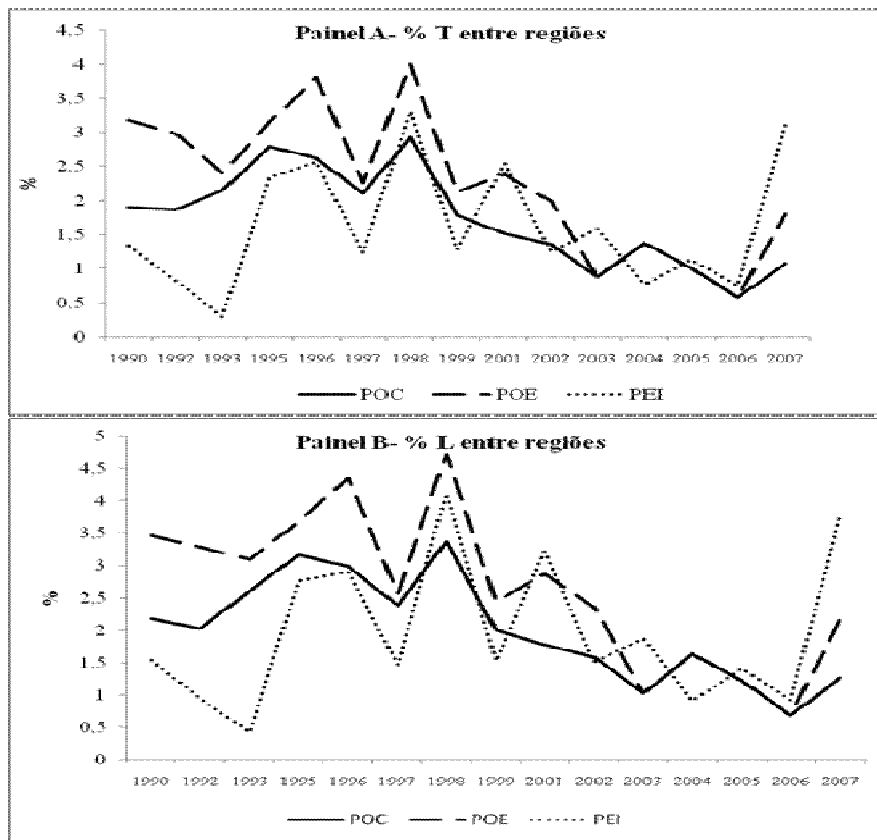
Note-se que tanto na expressão (3) como na equação (4), o segundo termo do segundo membro é uma média ponderada das medidas de desigualdade dentro dos grupos. Nas duas expressões, a medida da desigualdade entre grupos (T_e e L_e) pode ser interpretada como a desigualdade que seria registrada após eliminar a desigualdade dentro das regiões.

Desigualdade de renda entre as regiões paulistas

A Figura 4 mostra a evolução, de 1990 a 2007, da contribuição percentual da desigualdade inter-regional paulista, considerando as medidas de desigualdade T e L de Theil. Nota-se que o poder de explicação do fator inter-regional para as três distribuições analisadas é bastante oscilante através do tempo. Contudo, tanto para a distribuição do rendimento dos ocupados como para a distribuição do rendimento de todos os empregados, observa-se uma tendência decrescente na participação da desigualdade entre as duas regiões na desigualdade total do Estado, porém, a distribuição dos empregados na indústria indica uma tendência crescente da desigualdade inter-regional.

Em 1990, segundo o T de Theil, na distribuição do rendimento de todos os trabalhos entre as pessoas ocupadas, a desigualdade entre regiões correspondia 1,90% da desigualdade total e no ano de 2007 esse valor cai para 1,08%. Já na distribuição da renda de todos os trabalhos, considerando apenas a categoria dos empregados, a desigualdade entre regiões passa de 3,18% para 1,80%. Enquanto na distribuição de todos os trabalhos dos empregados na indústria a desigualdade inter-regional aumentou de 1,34% para 3,11%.

Figura 7: Participação da desigualdade entre duas regiões na desigualdade no Estado de São Paulo, decomposição do T e L de Theil, 1990 a 2007, São Paulo



Fonte: Elaboração própria

Nota: Ver Tabela A.6, A.7 e A.8 no apêndice estatístico

Considerações finais

Usando dados da PNAD, durante o período de 1990 a 2007, é constatada uma tendência de queda da desigualdade de renda que segue a mesma tendência observada para o Brasil. Na análise das regiões (metropolitana e não metropolitana) percebe-se que, apenas a região não metropolitana paulista apresenta uma clara tendência decrescente na desigualdade de renda no período. Além disso, pela decomposição dos índices T e L de Theil, nota-se que no período 1990-2007 houve redução da desigualdade entre regiões, quando se

considera as distribuições do rendimento de todos os trabalhos dos ocupados e de todos os trabalhos dos empregados.

Referências bibliográficas

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, p. 64-72, abr/jun 1990.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998. 275p.

HOFFMANN, R.; SIMÃO, R. C. S. Determinantes do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais em 2000: o limiar no efeito da escolaridade e as diferenças entre mesorregiões. **Nova Economia**, v.15, p. 35-62, mai/ago. 2005.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, v.10, n.1, jun. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília, 2006. Nota técnica.

MAIA, A. G. **Espacialização de classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social**. 2006. 363 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006.

ROCHA, S. **A investigação do rendimento na PNAD: comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Texto para discussão Nº 899.

Apêndice Estatístico

Tabela A.1: Valor da renda média para as distribuições: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), São Paulo, 1990 a 2007

Ano	POC	POE	PEI
1990	1.306,22	1.109,87	1.174,49
1992	1073,49	978,84	1196,21
1993	1123,87	989,43	1225,02
1995	1407,83	1183,4	1424,11
1996	1453,25	1206,63	1335,26
1997	1463,34	1227,11	1397,75
1998	1434,08	1246,43	1394,5
1999	1298,94	1119,96	1234,96
2001	1284,43	1114,66	1160,94
2002	1227,11	1077,5	1172,13
2003	1131,19	972,85	1079,57
2004	1075,69	946,73	1026,11
2005	1142,34	1013,91	1094,77
2006	1194,35	1043,85	1159,57
2007	1212,25	1083,92	1186,52

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A.2: Índice de Gini para as distribuições: do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados e dos empregados na indústria, São Paulo, 1990 a 2007

Ano	POC	POE	PEI
1990	0,540	0,505	0,472
1992	0,519	0,503	0,485
1993	0,554	0,534	0,525
1995	0,535	0,502	0,478
1996	0,529	0,489	0,460
1997	0,526	0,489	0,470
1998	0,521	0,492	0,475
1999	0,514	0,477	0,457
2001	0,534	0,498	0,478
2002	0,529	0,492	0,482
2003	0,522	0,477	0,465
2004	0,506	0,464	0,440
2005	0,520	0,475	0,451
2006	0,513	0,464	0,446
2007	0,492	0,453	0,438

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A.3: Índice T de Theil para as distribuições: do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados e dos empregados na indústria, São Paulo, 1990-2007

Ano	POC	POE	PEI
1990	0,595	0,481	0,431
1992	0,522	0,487	0,449
1993	0,662	0,639	0,671
1995	0,571	0,505	0,448
1996	0,554	0,464	0,398
1997	0,549	0,465	0,436
1998	0,541	0,485	0,468
1999	0,516	0,443	0,418
2001	0,586	0,512	0,488
2002	0,572	0,490	0,473
2003	0,553	0,457	0,362
2004	0,530	0,436	0,326
2005	0,572	0,472	0,428
2006	0,543	0,436	0,408
2007	0,486	0,418	0,393

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A.4: Índice T de Theil para as distribuições do: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI), RMSP e região não metropolitana, 1990-2007

Ano	RMSP			Região não-metropolitana		
	POC	POE	PEI	POC	POE	PEI
1990	0,538	0,443	0,412	0,544	0,502	0,448
1992	0,503	0,481	0,451	0,522	0,462	0,438
1993	0,612	0,556	0,484	0,695	0,717	0,926
1995	0,563	0,478	0,456	0,544	0,503	0,409
1996	0,555	0,463	0,408	0,521	0,423	0,359
1997	0,531	0,428	0,408	0,546	0,488	0,461
1998	0,553	0,498	0,501	0,487	0,421	0,384
1999	0,511	0,419	0,417	0,502	0,452	0,407
2001	0,593	0,512	0,544	0,559	0,484	0,394
2002	0,579	0,486	0,479	0,546	0,474	0,454
2003	0,542	0,463	0,446	0,555	0,429	0,395
2004	0,535	0,430	0,405	0,517	0,430	0,369
2005	0,602	0,518	0,469	0,527	0,397	0,375
2006	0,527	0,453	0,450	0,554	0,474	0,36
2007	0,504	0,444	0,472	0,455	0,372	0,281

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A.5: Distribuição da renda de todos os trabalhos entre pessoas ocupadas com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990 a 2007

Medidas de desigualdade	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. T de Theil															
T entre	0,0113	0,0097	0,0142	0,0159	0,0146	0,0116	0,0159	0,0092	0,0089	0,0078	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0053
T dentro	0,5841	0,5119	0,6476	0,5502	0,5400	0,5376	0,5247	0,5076	0,5773	0,5641	0,5480	0,4300	0,5665	0,5401	0,4807
T total	0,5954	0,5217	0,6618	0,5709	0,5546	0,5491	0,5406	0,5159	0,5862	0,5718	0,5528	0,4360	0,5723	0,5432	0,4860
% entre	1,90	1,87	2,15	2,79	2,62	2,10	2,93	1,79	1,52	1,36	0,88	1,37	1,01	0,58	1,08
% dentro	98,10	98,13	97,85	97,21	97,38	97,90	97,07	98,21	98,48	98,64	99,12	98,63	98,99	99,42	98,92
2. L de Theil															
L entre	0,00114	0,0098	0,0143	0,0160	0,0146	0,0116	0,0160	0,0092	0,0089	0,0078	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0053
L dentro	0,5841	0,4719	0,5346	0,4894	0,4757	0,4745	0,4573	0,4498	0,4926	0,4832	0,4704	0,3615	0,4689	0,4566	0,4128
L total	0,5954	0,4816	0,5490	0,5055	0,4904	0,4861	0,4732	0,4590	0,5015	0,4910	0,4752	0,3675	0,4747	0,4597	0,4181
% entre	2,18	2,03	2,61	3,17	2,99	2,38	3,37	2,00	1,78	1,58	1,02	1,63	1,21	0,68	1,26
% dentro	97,82	97,97	97,39	96,83	97,01	97,62	96,63	98,00	98,22	98,42	98,98	98,37	98,79	99,32	98,74

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A.6: Distribuição da renda de todos os trabalhos entre empregados com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990 a 2007

Medidas de desigualdade	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. T de Theil															
T entre	0,0153	0,0145	0,0154	0,0160	0,0177	0,0105	0,0194	0,0094	0,0122	0,0098	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0075
T dentro	0,4658	0,4728	0,6236	0,4888	0,4465	0,4543	0,4658	0,4340	0,4998	0,4805	0,5480	0,4300	0,5665	0,4566	0,4103
T total	0,4811	0,4874	0,7166	0,5047	0,4642	0,4648	0,4852	0,4435	0,5121	0,4903	0,5528	0,4360	0,5723	0,4597	0,4179
% entre	3,18	2,98	2,41	3,16	3,81	2,26	4,00	2,13	2,39	1,99	0,88	1,37	1,01	0,58	1,80
% dentro	96,82	97,02	97,59	96,84	96,19	97,74	96,00	97,87	97,61	98,01	99,12	98,63	98,99	99,42	98,20
2. L de Theil															
L entre	0,0156	0,0147	0,0156	0,0161	0,0179	0,0106	0,0196	0,0095	0,0123	0,0098	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0075
L dentro	0,4344	0,4303	0,4864	0,4201	0,3918	0,4012	0,3951	0,3782	0,4153	0,4042	0,4704	0,3615	0,4689	0,4566	0,3404
L total	0,4499	0,4450	0,5019	0,4361	0,4096	0,4117	0,4147	0,3876	0,4276	0,4140	0,4752	0,3675	0,4747	0,4597	0,3479
% entre	3,47	3,29	3,10	3,68	4,36	2,57	4,73	2,44	2,87	2,36	1,02	1,63	1,21	0,68	2,17
% dentro	96,53	96,71	96,90	96,32	95,64	97,43	95,27	97,56	97,13	97,64	98,98	98,37	98,79	99,32	97,83

Fonte: Elaboração própria.

Tabela A.7: Distribuição da renda de todos os trabalhos entre empregados na indústria com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990 a 2007

Medidas de desigualdade	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. T de Theil															
T entre	0,0058	0,0037	0,0020	0,0105	0,0102	0,0054	0,0155	0,0053	0,0124	0,0059	0,0068	0,0030	0,0048	0,0031	0,0122
T dentro	0,4249	0,4454	0,6691	0,4376	0,3877	0,4304	0,4528	0,4123	0,4760	0,4669	0,4211	0,3859	0,4228	0,4051	0,3808
T total	0,4307	0,4491	0,6711	0,4481	0,3979	0,4358	0,4683	0,4176	0,4884	0,4728	0,4280	0,3888	0,4276	0,4081	0,3930
% entre	1,34	0,83	0,30	2,34	2,57	1,24	3,31	1,28	2,54	1,25	1,58	0,77	1,13	0,75	3,11
% dentro	98,66	99,17	99,70	97,66	97,43	98,76	96,69	98,72	97,46	98,75	98,42	99,23	98,87	99,25	96,89
2. L de Theil															
L entre	0,0059	0,0038	0,0020	0,0106	0,0103	0,0055	0,0156	0,0053	0,0124	0,0059	0,0068	0,0030	0,0048	0,0031	0,0122
L dentro	0,3764	0,3999	0,4756	0,3740	0,3458	0,3683	0,3640	0,3441	0,3727	0,3860	0,3550	0,3227	0,3372	0,3286	0,3087
L total	0,3823	0,4037	0,4776	0,3846	0,3562	0,3738	0,3796	0,3494	0,3851	0,3919	0,3618	0,3256	0,3420	0,3316	0,3209
% entre	1,54	0,94	0,42	2,76	2,90	1,46	4,12	1,53	3,22	1,51	1,87	0,91	1,41	0,92	3,78
% dentro	98,46	99,06	99,58	97,24	97,10	98,54	95,88	98,47	96,78	98,49	98,13	99,09	98,59	99,08	96,22

Fonte: Elaboração própria.